

(R\$25.866 em 31 de dezembro de 2013). Decorrente da provisão de outorga variável: Refere-se ao preço da delegação do serviço público correspondente a 3% da receita bruta efetivamente obtida mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. A partir de novembro de 2013, os saldos a pagar de outorga variável e fixa passaram a ser compensados com os valores a receber previstos no Termo Aditivo Modificativo nº 20/2013, assinado em 07 de janeiro de 2013. No decorrer do exercício foi pago e compensando o montante de R\$12.510 referente ao direito de outorga variável (R\$12.341 em 31 de dezembro de 2013). b) Compromissos relativos às concessões: Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Companhia assumiu o compromisso de melhorar, conservar e expandir as rodovias. Em 31 de dezembro de 2014, esses compromissos de investimentos ainda não contabilizados por serem considerados como executórios, estão estimados em R\$93.563 (R\$119.114 em 31 de dezembro de 2013), a serem realizados até o final do prazo original da concessão. **18. Patrimônio Líquido:** a) Capital social: O capital social é representado por 75.000.000 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 25.000.000 ordinárias e 50.000.000 preferenciais. As ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias. b) Reservas de lucros: **Reserva legal** - constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do Artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Reserva de retenção de lucros: constituída para a aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital, aprovados em Assembleia Geral Ordinária. c) Dividendos: Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), sendo o valor dos dividendos mínimos obrigatórios 25% do lucro líquido. Em 30 de abril de 2014, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de dividendos propostos no montante de R\$51.345 relativos aos lucros de anos anteriores e o pagamento de R\$ 30.363, pagos em 7 de abril de 2014. Em 16 de julho de 2014, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$58.505 relativos aos lucros de anos anteriores. Em 4 de dezembro de 2014, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$10.513 relativos ao lucro do exercício e pagamento de R\$ 90.000, pagos em 6 de dezembro de 2014. O pagamento é composto de R\$ 20.982 referente ao saldo da distribuição de dividendos propostos aprovada em 30 de abril de 2014, acrescido de R\$ 69.018 referente à dividendos intermediários, sendo a distribuição de R\$ 58.505 aprovada em 16 de julho de 2014 e R\$ 10.513 aprovada nessa data.

Destinações do lucro líquido do exercício:
 Lucro líquido do exercício 121.003
 Destinações:
 Dividendos intermediários pagos 10.513
 Juros sobre capital próprio 5.639
 Dividendo adicional proposto 44.851
 Reserva de retenção de lucros 60.000
 d) Juros sobre capital próprio: Os juros sobre capital próprio são calculados sobre o patrimônio líquido e limitados à variação, *pro rata die*, da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP (Lei nº 9.249/95). Em 30 de abril de 2014, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a provisão de juros sobre capital próprio no montante de R\$1.495, com base no patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2013, pagos em 4 de abril de 2014. Em 27 de junho de 2014, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a provisão juros sobre capital próprio no montante de R\$1.477, com base no patrimônio líquido de 31 de março de 2013, pagos em 4 de julho de 2014. Em 30 de setembro de 2014, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração, a provisão juros sobre capital próprio no montante de R\$1.957, com base no patrimônio líquido de 30 de junho de 2014, pagos em 3 de outubro de 2014. Em 31 de dezembro de 2014, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a provisão juros sobre capital próprio no montante de R\$2.205, com base no patrimônio líquido de 30 de setembro de 2014. **19. Instrumentos Financeiros:** Política: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como também não efetua operações com derivativos definidos como exóticos. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro a seguir: **Instrumentos financeiros por categoria:**

	2014		2013	
	Valor justo mensurado através do resultado	Passivo mensurado ao custo e amortizado (*)	Valor justo mensurado através do resultado e recebíveis	Passivo mensurado ao custo e amortizado (*)
Ativos:				
Aplicações financeiras	10.612	-	13.591	-
Contas a receber	-	881	-	726
Outros créditos	-	1.333	-	551
Partes relacionadas	-	20.081	-	17.648
Passivos:				
Financiamentos	-	(62.136)	-	(105.380)
Debêntures	-	(95.281)	-	(94.978)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	(5.223)	-	(4.391)
Partes relacionadas	-	(112)	-	(107)
Total	10.612	22.295	13.591	18.925

(*) Valores líquidos do custo de transação. Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas adotadas na determinação do valor justo: • Aplicações financeiras - são definidos como ativos mensurados pelo valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil; • Contas a receber de clientes, outros créditos, contas a receber de partes relacionadas, fornecedores, remuneração dos administradores e outras contas a pagar - seus valores aproximam-se do de mercado em razão do prazo de liquidação de, em geral, 30 dias; • Financiamentos - consideram-se os valores contábeis desses

financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos, atrelados à TJLP - Taxa de Juros do Longo Prazo, conforme descrito na nota explicativa nº 12; • Debêntures - seu valor justo é o seguinte:

	2014		2013					
	Valor contábil (a)	Valor justo (b)	Valor contábil (a)	Valor justo (b)				
Debêntures	95.565	97.650	95.441	98.598				
(a) Valores brutos dos custos de transação; (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item "hierarquia do valor justo" abaixo. Hierarquia de valor justo: A Companhia somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2, correspondentes a aplicações financeiras de curto prazo, nos valores de R\$10.612 em 31 de dezembro de 2014 (R\$13.591 em 31 de dezembro de 2013). Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros: Os quadros abaixo apresentam os valores resultantes de juros sobre os contratos de financiamentos sujeitos a esses riscos. A análise de sensibilidade abaixo tem por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As taxas utilizadas nos cenários A e B foram adicionadas dos percentuais de deterioração de 25% e 50% utilizadas no cenário provável. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. Abaixo estão demonstrados os valores resultantes de juros sobre os contratos de financiamentos e debêntures com taxas pré-fixadas. Os valores correspondem aos efeitos calculados para um período de doze meses a partir da data dessas demonstrações financeiras, ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.								
Operação	Risco	Vencimento	Saldo (1)	Efeito no resultado				
				Cenário Provável	Cenário A - 25%	Cenário B - 50%	Cenário A - 25%	Cenário B - 50%
Passivos financeiros:								
Debêntures	Variação CDI	15/01/2018	95.565	(12.550)	(15.687)	(18.824)	(10.040)	(8.366)
			CDI ⁽²⁾	11,57%	14,46%	17,36%	9,26%	7,71%
BNDDES A1	Variação TJLP	15/11/2016	10.203	(704)	(880)	(1.056)	(563)	(469)
			TJLP ⁽³⁾	6,80%	8,50%	10,20%	5,44%	4,53%
BNDDES A2	Variação TJLP	15/11/2016	4.374	(346)	(433)	(519)	(277)	(231)
			TJLP ⁽⁴⁾	7,80%	9,75%	11,70%	6,24%	5,20%
BNDDES B1, B3 e B5	Variação TJLP	15/04/2016	33.294	(2.296)	(2.871)	(3.445)	(1.837)	(1.531)
			TJLP ⁽³⁾	6,80%	8,50%	10,20%	5,44%	4,53%
BNDDES B2, B4 e B6	Variação TJLP	15/04/2016	14.274	(1.129)	(1.412)	(1.694)	(904)	(753)
			TJLP ⁽⁴⁾	7,80%	9,75%	11,70%	6,24%	5,20%

(1) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação. (2) Refere-se à taxa de 31 de dezembro de 2014, divulgada pela CETIP. (3) Refere-se à taxa do 4º trimestre de 2014 + juros fixos de 1% ao ano. (4) Refere-se à taxa do 4º trimestre de 2014 + juros fixos de 1,8% ao ano. **20. Cobertura de Seguros:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2014, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia, foram resumidas conforme abaixo: • Responsabilidade civil: R\$34.459; • Riscos de engenharia: R\$5.090; • Riscos patrimoniais: R\$11.820; • Perda de receita: R\$98.065. **21. Resultado Financeiro:**
 Despesas financeiras:
 Juros sobre financiamentos e debêntures (17.152) (16.831)
 Ajuste a valor presente sobre a provisão de manutenção (1.609) (163)
 Taxas, comissões e outras despesas financeiras (1.497) (820)
 Comissão fiança (805) (1.099)
 Juros sobre impostos parcelados 37 (615)
 Capitalização dos custos dos empréstimos 109 940
(20.917) (18.588)
 Receitas financeiras:
 Rendimento sobre aplicações financeiras 4.289 3.482
 Juros e outras receitas financeiras 17 2.631
4.306 6.113

22. Receitas: A seguir, a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do período:

	2014	2013
Receitas:		
Receita de pedágio	369.149	345.554
Receitas acessórias	7.989	6.417
Receita de contratos de construção	4.534	16.165
	381.672	368.136
Deduções:		
Impostos sobre receitas	(34.714)	(31.471)
Abatimentos	-	(2.337)
	(34.714)	(33.808)
Total das receitas	346.958	334.328

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Anwar Damha Presidente	Athur Piotto Filho Membro Titular	Alberto Bagdade Membro Suplente
Marco Aurélio Eugênio Damha Vice-Presidente	Ítalo Roppa Membro Titular	Marcus Rodrigo de Senna Membro Suplente
	Maria Stella Eugênio Damha Membro Titular	Maria Mônica Damha Athia Membro Suplente

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

Mário Múcio Eugênio Damha Membro Suplente	Roberto de Barros Calixto Diretor Presidente
Paulo Yukio Fukuzaki Membro Suplente	Rogério Cezar Bahú Diretor
	CONTADOR
	Walney de Freitas Garcia CRC 1SP222887/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas, Conselheiros e Administradores da **Renovias Concessionária S.A.** - Mogi Mirim - SP - **Introdução:** Examinamos as demonstrações financeiras da Renovias Concessionária S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e

internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas

em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Renovias Concessionária S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2015

Deloitte Touche Tohmatsu
Auditores Independentes
 CRC nº 2 SP 011609/O-8
João Rafael Belo de Araújo Filho
 Contador
 CRC nº1 SP 246752/O-6

